

**ATA DA 183ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO**

SÃO PAULO, 15/05/2014

PRESIDENTE

JOSÉ DE FILIPPI JR

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

MARIA ADENILDA MASTELARO

SECRETARIO GERAL DO CMS-SP

JULIO CESAR CARUZZO

Início: 14:25h

Término: 18:30h

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

MARIA ADENILDA MASTELARO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

NILTON SOUSA DOS REIS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

JOSÉ DA GUIA PEREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

PAULO DE TARSO W. FRANGETTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

MARIA DE LOURDES M. SANTOS SILVA (TITULAR) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

MARIA JOSÉ DE SOUSA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

MAURÍCIO SILVA LIMA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

ARNALDO MARCOLINO DA SILVA FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
JAQUELINE OLIVEIRA DO NASCIMENTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ALEX APARECIDO LEITE DE ALBUQUERQUE (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
LUZIA BERGAMO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
SHEILA VENTURA PEREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
VITA AGUIAR DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
REGINA CELIA PEDROSA VIEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
GERSONITA PEREIRA DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
EULÁLIA ALVES CORDEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ROSILANIA CORREIA LIMA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ANA ROSA GARCIA DA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
MARIA LÚCIA VIEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (TITULAR) REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
IRAMIR BASTOS GOMES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes das Instituições Governamentais:

PATRÍCIA RODRIGUES MOLINA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
RENATO NOGUEIRA DOS SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

Representantes do Poder Público:

RICARDO FERNANDES DE MENEZES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
GIANE SANT'ANA ALVES OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
CÁSSIO ROGÉRIO DIAS LEMOS FIGUEIREDO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
CÁSSIA LIBERATO MUNIZ RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DENIZE CALVO COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MAGALY EZEQUIEL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
JOSÉ OLÍMPIO MOURA ALBUQUERQUE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

JOSÉ DE FILIPPI JR. (TITULAR) – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
ANA MARIA FERREIRA QUAIATO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
LOURDES MARIA DE QUEIROZ (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

PAULO MARTINS MOREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
AUGUSTA DE MELO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARCOS ROBERTO DE ANDRADE (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
FRANCISCO PEREIRA LIMA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
ÉDER GATTI FERNANDES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
WALNEY ARAÚJO DA SILVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
CASSIA DOS SANTOS XAVIER (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
ERIK OSWALDO VON EYE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO

III – Ausentes:

JOSÉ LEONILSON DE QUEIROZ ALMEIDA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
MANOEL COSTA FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
IDECLÉIA GENEROSO DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARTA ANTONIA SOARES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ELISANDRA VILLELA GASPARETTO SÉ (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
PAULO HENRIQUE FRACCARO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS SINDICATOS PATRONAIS
PÉRICLES CRISTIANO BATISTA FLORES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
MARÍLIA DAPENA FERNANDEZ (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
MARIA APARECIDA FRANCELINA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
DURVAL RODRIGUES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
CARLOS AUGUSTO DONINI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
PEDRO FELIX VIDAL JUNIOR (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
MARIA JOSÉ R. RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

IV – Visitantes:

Conforme Lista

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP

DIGITAÇÃO: AMANDA SAMPAIO MACHADO DE SOUZA e EMMANUEL DUDA CÂNCIO DOS SANTOS

REVISÃO GERAL: JULIO CESAR CARUZZO - SECRETÁRIO GERAL DO CMS/SP

O Secretário Geral do Conselho: Faz a verificação de quórum e constata a presença de 20 conselheiros. Há quórum.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Inicia a reunião e solicita ao Secretário Geral que faça a leitura da pauta.

O Secretário Geral do Conselho: Lê a pauta.

A- Aprovação das Atas da 182ª Reunião Plenária Ordinária e 2ª Reunião Plenária Extraordinária;

B- Informes da Mesa;

C -Informes dos Conselheiros;

D - Informes das Comissões

E - Ordem do Dia:

- 1 - Resolução proposta pela conselheira Ana Rosa – Apresentação do relatório à solicitação de vistas, solicitada pelo conselheiro Ricardo Fernandes;**
- 2 - Realizações SMS 2013;**
- 3 - Apresentação do Plano Operativo da Política de Saúde Integral da População LGBT.**

F – Deliberações

1-Indicação de representantes dos usuários – 01 titular e 01 suplente para compor o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Hospital Alemão Oswaldo Cruz;

2-Aprovar a realização de Congresso de Comissões com a pauta “Dengue”.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Informa a exclusão do item da pauta “Realizações SMS 2013”, em virtude do Secretário Municipal da Saúde estar em férias. Informa ainda a solicitação de inclusão de pauta no item das deliberações: Indicação de um representante dos usuários para compor o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Unimed Santa Helena.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Entende que a exclusão das Realizações SMS 2013 será retirado da pauta e seu retorno será discutido na próxima reunião da Comissão Executiva.

Pauta aprovada por aclamação com as alterações solicitadas, ficando assim:

A- Aprovação das Atas da 182ª Reunião Plenária Ordinária e 2ª Reunião Plenária Extraordinária;

B-Informes da Mesa;

C -Informes dos Conselheiros;

D - Informes das Comissões

E - Ordem do Dia:

- 1- Resolução proposta pela conselheira Ana Rosa – Apresentação do relatório à solicitação de vistas, solicitada pelo conselheiro Ricardo Fernandes;
- 2- Apresentação do Plano Operativo da Política de Saúde Integral da População LGBT.

F – Deliberações

- 1-Indicação de representantes dos usuários – 01 titular e 01 suplente para compor o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Hospital Alemão Oswaldo Cruz;
- 2-Aprovar a realização de Congresso de Comissões com a pauta “Dengue”;
- 3-Indicação de um representante dos usuários para compor o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Unimed Santa Helena.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fala que é a segunda vez que houve a inclusão e exclusão da pauta do Secretário e isso prejudica outros assuntos que poderiam ser discutidos. Propõe que a Executiva tenha alguma “carta na manga” quando houver esse tipo de situação.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Fala que a Comissão tem uma normativa de trabalho e que o ofício chegou posteriormente à reunião que definiu a pauta, portanto não haveria tempo hábil para se incluir outro item. Solicita à equipe da SMS que se evite isso.

A - Aprovação das Atas da 182ª Reunião Plenária Ordinária e 2ª Reunião Plenária Extraordinária

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Coloca em regime de votação a aprovação da Ata da 182ª Reunião Plenária Ordinária.

Aprovada por aclamação.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Coloca em regime de votação a aprovação da Ata da 2ª Reunião Plenária Extraordinária.

Aprovada por aclamação.

B – Informes de Mesa

O Secretário Geral do Conselho: Lê os informes.

A - O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo informa que recebeu os seguintes documentos:

- 1- Revista do CONASENS – Edição nº 53;

- 2- Ofício nº 175/2014, do Ministério Público do Trabalho, acusando o recebimento e se solidarizando com a Moção de Repúdio à forma de discussão do Projeto de Lei Complementar nº 62/2013;
- 3- Ofício nº 2243/2014, da Secretaria de Estado da Saúde, acusando o recebimento da Moção de Repúdio à forma de discussão do Projeto de Lei Complementar nº 62/2013 e informando que a pasta já se manifestou à Assessoria Técnico-Legislativa da Casa Civil, através do Ofício nº, 1954/2014;
- 4- Relatório do II Seminário de Conselheiros Gestores da Microrregião Jaçanã/Tremembé “Cidadania e Participação Popular no SUS”;
- 5- Ofício nº 56/2014, do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, informando a substituição do Sr. Luis Carlos Araújo Lima pela Sra. Marília Dapena Fernandez, no CMSSP;
- 6- Ofício do Conselho Regional de Fonoaudiologia, informando a substituição da Sra. Cláudia Silva Pagotto Cassavia pelo Sr. Jason Gomes Rodrigues Santos, no CMSSP.
- 7- Ofício do Movimento Social e Comunitário de Saúde, informando a substituição do Sr. Pedro Carlos Faria pelo Sr. Marcos Roberto de Andrade, no CMSSP.

B- O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo informa que, encontram-se nas pastas dos Conselheiros os seguintes documentos:

- 1- Convocatória e pauta da 183ª Reunião Plenária Ordinária do CMSSP;
- 2- Revista Voz Ativa – Edição nº 73
- 3- Avaliação da Comissão Municipal DST/Aids do ano de 2013.

A Mesa Diretora informa que em virtude da realização da Abertura da Copa do Mundo FIFA 2014, a ser realizada em 12/06/2014, e do feriado de Corpus Christi em 19/06/2014, fica antecipada a 184ª Reunião Plenária Ordinária para o dia 05/06/2014.

O Conselheiro Titular representante dos Conselhos Regionais Função FIM: Fonoaudiólogo. Foi indicado para substituir a conselheira Cláudia Cassavia. Fala que está no Conselho para aprender, pois é um lugar extremamente importante para a discussão com os movimentos, fóruns. Lamenta também a ausência do Secretário.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Justificou a ausência do conselheiro Marcos Roberto de Andrade.

C - Informes dos Conselheiros

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Informa que no período de 20 a 30/05 estarão abertas as inscrições para os segmentos dos usuários e dos trabalhadores que queiram compor o Conselho Gestor da STS Sé. A eleição será no dia 05/06, na STS Sé. Informa ainda que nessa data poderá ser feita a indicação de seu suplente no CMSSP.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Informa que no dia 18/05, a partir das 13h, em frente ao Teatro Municipal, haverá Ato do Dia Nacional da Luta Antimanicomial. No dia 30/05, haverá o 1º Congresso Brasileiro de Autismo Aplicado ao Sistema Único de Saúde, das 09h, no Anfiteatro do Memorial da América Latina.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Informa que ontem, 14/05, em Assembléia com a presença de cerca de quatro mil funcionários públicos foi decretado estado de greve. A partir da próxima semana ou assembléia, o funcionalismo público deverá decretar greve por tempo indeterminado.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Passa a palavra à ex-conselheira Selma Maria Silva dos Santos, que informa que ontem, na Subprefeitura de São Miguel Paulista foi discutido com o Secretário Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, Artur Henrique, a proposta de trazer o emprego para próximo da residência. Fala que a discussão foi muito proveitosa e que contou com a participação de cerca de 110 pessoas. O Secretário prometeu voltar para retomar a discussão e foi solicitado que não haja o cerceamento do direito de ir e vir.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Reitera a realização do Congresso da CONAM, que acontece a cada três anos, reunindo cerca de três mil lideranças comunitárias. O Congresso começará no dia 23/05. Apresenta a programação. Informa que a bancada do Movimento Social e Comunitário, em reunião com o Secretário Adjunto da Saúde, conseguiu apoio para o Congresso. Participarão dez representantes dentre o Movimento Social e Comunitário, Movimento Popular de Saúde e também dos Portadores de Patologias. Eis os participantes: Jarqueline, Augusta, Maria Aparecida, Marta, Luzia, Marcos Roberto, Regina Pedrosa, Malu (Sul), Idecléia, Isaías e o Fábio Júlio, que trabalha na Secretaria e que é oriundo do MSC. Participação é muito importante no Congresso.

A Conselheira Suplente representante do Poder Público: Informa que no dia 30/04, a SMS realizou o 1º Seminário da Rede de Ouvidorias da SMS. O Seminário foi voltado para o corpo técnico da SMS, gestores, coordenadores, supervisores, autarquia, OS. Objetivo foi dar passo para a discussão sobre a formação da Rede de Ouvidorias em todos os serviços de saúde do município, inclusive os prestados pelas OS. Quem está coordenando o processo é o Pedro Henrique e em breve deverão solicitar pauta para apresentação ao Conselho.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Passa a palavra aos representantes da região de Pinheiros, Odonel e Miriam. Representam grupo que formou uma Rede Intersetorial de Proteção da Criança e do Adolescente de Pinheiros. Informaram que o grupo reúne-se mensalmente para discutir a situação de Pinheiros e criou um documento caracterizando esse território, inclusive com uma lista de serviços da região, propostas para a saúde para esse território. Contou com a Saúde, Assistência Social, Educação, Conselho Tutelar e Vara da Infância. Importância do trabalho em Rede e da produção de material de diagnóstico e proposta. Como o foco desse primeiro documento são as propostas para a saúde, acharam importante apresentá-lo ao Conselho. O principal objetivo é construir propostas intersetoriais voltadas para a proteção da Criança e do Adolescente.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Pede que protocolem o documento para que seja pautado na Comissão de Políticas de Saúde.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Informa que é conselheira do Centro de Referência em Homeopatia, Acupuntura e Práticas Tradicionais, e que o equipamento está há um ano e cinco meses sem medicamentos homeopáticos. Já fizeram documentos, já conversaram com o Secretário e até o momento não houve solução. Solicita visita ao departamento de suprimentos para verificar a situação. Sobre a ausência do Secretário, propõe que a Comissão Executiva tenha sempre uma pauta reserva para esses casos. Que o Secretário delegue alguém para representá-lo em sua ausência. Quer saber se a Secretaria Geral do Conselho recebeu o relatório sobre as realizações da SMS, ou se é o documento que os conselheiros receberam via correio. Fala da audiência pública sobre o Hospital Santa Marina. As questões foram bem discutidas, com a proposta de que a minuta de contrato venha para conselho antes de ser assinada. Pergunta ainda se algum conselheiro trouxe informes sobre o assunto.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Esclarece que o documento encaminhado via correio é a versão preliminar do RAG 2013. A versão oficial foi encaminhada por e-mail. O que o Secretário faria neste pleno é uma balanço do que a SMS realizou em 2013. São coisas diferentes.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Informa que no dia 23/05 acontecerá o Seminário de Saúde da População Negra, em Guaianases, no CEU Lajeado. O Seminário é promovido pela STS Guaianases em parceria com várias entidades, entre elas o Santa Marcelina.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Informa que não pode comparecer a todas as reuniões das comissões, pois seu compromisso está fincado na base. Palestrou aos formandos do curso de enfermagem da Universidade Anhembi/Morumbi sobre o que é Controle Social, o que é o SUS.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Passa a palavra à ex-conselheira Cristina Hatsue. Conselheira da UBS Cambuci, segmento dos usuários fala sobre diversos episódios violentos que têm ocorrido na Unidade. Cita agressão sofrida por funcionária da farmácia, ameaça de traficantes e roubo de equipamentos. Fala que o espaço da Unidade é pequeno e que os funcionários estão trabalhando sob estresse constante.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Quer saber sobre as reformas dos Equipamentos de Saúde. Participa como convidado do Conselho Gestor da UBS/AMA V. Califórnia e informa que já solicitaram à STS V. Prudente informações sobre previsão de reforma da Unidade e até o momento não obtiveram resposta. A Unidade precisa sobretudo de acessibilidade.

A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Fala que o CMSSP tem que fazer moção de repúdio à indicação do Sr. José Carlos de Souza Abrahão como diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Dia 17/05, às 09h, na Câmara Municipal, acontecerá o 1º Seminário de Doenças Raras e Respiratórias, onde serão discutidas as cirurgias pulmonares, hipertensão pulmonar e várias patologias. Informa ainda que fez palestra sobre anemia falciforme na STS Guaianases. Recebeu denúncia sobre falta de medicamentos para tuberculose na região leste.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fala que muitos usuários beneficiados pelo Programa Remédio em Casa não têm recebido seus

medicamentos. Ouviu boatos que a SMS estaria cancelando o Programa. Quer saber o que há de verdade nisso. Fala também sobre a falta de medicamentos na cidade.

D - Informes das Comissões

Inter-Intraconselhos: A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias informa que a comissão se reuniu no último dia 06. Montaram novamente a Comissão de Visitas para verificar a situação dos conselhos gestores das Unidades, bem como averiguar denúncias. Visitarão amanhã o PA Glória e no dia 22 visitarão o Hospital José Storopoli e o Hospital do M' Boi Mirim. A Comissão de Visitas é aberta. Convida todos a acompanharem o trabalho que está sendo feito pela Escola Municipal da Saúde, Comissão Inter-Intraconselhos e a Assessoria de Gestão Participativa sobre a reformulação do Curso de Capacitação de Conselheiros Gestores. Encaminharam o documento norteador e o roteiro para orientação à Comissão Executiva e aos demais conselheiros. A próxima reunião será no dia 27/05, às 09h.

DST/Aids: A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias informa que encontra-se na pasta dos conselheiros a Avaliação da Comissão sobre 2013. Foi eleita a nova Coordenadora da Comissão. No próximo pleno trará o planejamento do ano todo.

Saúde da Mulher: A Conselheira Titular representante da Pessoa com Deficiência comunica que a próxima reunião da comissão será realizada no dia 28/05. Fala que as últimas reuniões têm tido pouca participação. Informa que no dia 07/05 houve a apresentação sobre a Rede Cegonha. Foi uma apresentação muito rica e esclarecedora, porém com poucos conselheiros. Solicita o apoio da SMS para a contratação de guia-intérprete para sua suplente, a conselheira Eulália e pede aos conselheiros que falem alto e pausadamente ao microfone para que a mesma possa acompanhar a reunião.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Cobra da SMS a agilização deste processo. Solicita também que nas próximas reuniões constem nas pastas dos conselheiros os encaminhamentos das comissões.

Políticas de Saúde: O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários informa que a comissão reuniu-se ontem e contou com a presença das Sras. Eliete Domingues, Assessora do Complexo Regulador e Alice Ângela, Assessora do Gabinete da SMS que apresentaram o funcionamento do Sistema Regulador Municipal. Passa a palavra à Coordenadora da Comissão Executiva, Maria Adenilda, que complementa dizendo que a apresentação foi muito rica, mas não entende muito bem o funcionamento desta dentro das STS, já que é uma Rede de Serviços. O conselheiro titular representante dos Prestadores Filantrópicos, Renato finaliza dizendo que precisa haver uma maior integração entre as áreas da Regulação e da Tecnologia da Informação para o melhor desenvolvimento do Sistema SIGA.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Sugere que na próxima reunião da comissão haja o convite para essas duas áreas.

Avaliação das Minutas dos Contratos de Gestão: O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde informa que participou juntamente com o Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Nilton da primeira reunião, onde aprovaram nova redação sobre os contratos de gestão da região de Parelheiros. No contrato anterior foram feitas observações pelo Tribunal de Contas que

foram corrigidas no novo documento. As observações feitas pelo CMSSP também foram apresentadas no novo contrato, inclusive sobre a utilização dos logotipos do SUS, Prefeitura e OS's. Reunião contou com a presença dos dois conselheiros, da Equipe Técnica da SMS e do vereador Paulo Frange. Questões como o relacionamento das STS com as OS's, contratação de pessoal, performance das OS's, acompanhamento do Conselho, tudo isso foi contemplado no novo contrato. O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste complementa dizendo que os ex-conselheiros Oldimar e Kézia, já vinham discutindo o assunto e haviam proposto algumas alterações. Informou que foi colocada uma proposta fechada para todos os contratos de gestão do município, o qual discordou, em virtude das diferenças existentes em cada região.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Pede que as minutas sejam encaminhadas com antecedência, para que possam dar as diretrizes e cumprir seu papel de acordo com a Lei Complementar nº 141/12.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Fez parte da primeira comissão de avaliação em 2007 e o vereador Paulo Frange também fazia parte. Quer saber de que maneira a Câmara Municipal indica seu representante.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Propõe que a Câmara Municipal seja questionada sobre a indicação.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Diz que estão nos informes, portanto não cabe discussão, nem encaminhamentos. Será um desgaste para o Conselho fazer esse questionamento. Problema da Câmara é da Câmara.

CIST: O Conselheiro Titular representante do Poder Público informa que foi realizada a 4ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, onde foram retiradas 12 propostas efetivamente prioritárias que serão levadas para a Conferência Nacional, que contará com a participação de 23 delegados do município. Apresentará à Comissão Executiva balanço da Conferência. Informa ainda que as atividades da comissão serão retomadas no próximo mês, e que o conselheiro Arnaldo Marcolino comporá a comissão.

Comunicação: O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste informa que se encontra na pasta da comissão todo o material de áudio e vídeo da 4ª Conferência Macrorregional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Município. Na última reunião da comissão esteve presente um conselheiro imigrante, Dann, nascido em Guiné Bissau, que apresentou as dificuldades que os imigrantes têm quanto ao atendimento nos serviços de saúde. Solicitou também o apoio deste Conselho, pois eles têm um instituto que acolhe a demanda desses imigrantes. A comissão sugeriu que isso seja discutido na comissão de políticas, pois a situação desses imigrantes é muito difícil. Haverá reunião extraordinária no dia 19, onde deverão fechar o regimento da comissão. Deverão discutir ainda o planejamento e o fluxograma. Contribuíram também com sugestões para o PMS 2014/2017.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Acha importantíssimo aproveitar melhor a área da comunicação. Além de canal de transparência ela serve para mostrar o trabalho do Conselho e de suas comissões para a população. Fala também em se pensar numa maneira de ajudar a STS Sé, responsável pelo atendimento dos imigrantes da Missão da Paz, pois os funcionários têm tido muita dificuldade de comunicação com esses imigrantes.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Reitera que dentro dos informes não cabem comentários.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Não abrirá discussão. Lê o Art. 13 do Regimento do Conselho. Entende que cabe complementação desses informes, sim. Remeterá à Comissão Executiva para que analise o funcionamento das comissões.

Orçamento e Finanças: A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais esclarece que há um pequeno erro no calendário aprovado no pleno anterior e distribui novo calendário. Não há divergência de datas entre eles. Fala que vários prazos estabelecidos pela Lei 141/12 não foram e não estão sendo cumpridos pelo governo. Apresenta modelo de ofício feito pela comissão e quer o endosso do pleno.

A Comissão de Orçamento e Finanças do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, vem respeitosamente observar que a Secretaria Municipal de Saúde não cumpriu vários prazos determinados pela LC 141/2012 referentes a documentos financeiros/orçamentários/planejamento da saúde, conforme cronograma aprovado no Pleno do CMS/SP em ___/___/2014 anexo. Assim, solicitamos o envio dos documentos cujos prazos já venceram no menor prazo possível e o cumprimento dos prazos a vencer para atendimento do preceito legal. Na oportunidade, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

O ofício deverá ser encaminhado à Coordenadora do CFO, Secretário Municipal, Secretário Adjunto e Assessoria de Gestão Participativa.

Prazos não cumpridos: até 31/01 – valores dos restos a pagar cancelados no ano de 2013; até 28/02 – prestação de contas do 3º quadrimestre de 2013, a pactuação intermunicipal para estabelecimento de planos e metas regionais; até 29/03 – teria que ter sido encaminhado a Programação Anual de Saúde e a proposta de diretrizes para o estabelecimento de prioridades no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que depende da Programação Anual da Saúde; até 30/03 – entrega do RAG 2013. Versão recebida em casa não é a versão final. A versão final tem que ser encaminhada. Até 30/04 – Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias da Saúde – apresentada pelo gestor para análise e aprovação do Conselho, não veio. Até 31/05, isso está ok, a apresentação do Relatório da Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2014. A audiência pública será no dia 28/05, enquanto no Conselho será no dia 21/05. A Comissão de Orçamento e Finanças entende que é seu papel comunicar o não cumprimento dos prazos. Não sabe se o Secretário tem noção do que está ocorrendo e cabe à comissão alertá-lo. Se ele vai tomar providências ou não, não cabe a nós. Sobre o RAG, dá prazo de um mês para que as Comissões analisem o seu “pedaço”. As comissões de Políticas de Saúde e de Orçamento e Finanças se reunirão conjuntamente, um dia inteiro, para analisá-lo. O que for analisado pelas demais comissões serão encaminhados às Comissões de Políticas de Saúde e de Orçamento e Finanças que emitirão parecer e agendarão um pleno para a aprovação do documento.

O Secretário Geral do Conselho: Informa que a versão final do RAG já foi encaminhada aos conselheiros via e-mail e também solicitou algumas cópias impressas. Quanto ao relatório da Prestação de contas, informou que o CFO solicitou o prazo para entrega até amanhã, 16/05, pela manhã.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Diz que a comissão recomendou, fez o encaminhamento, mas que é o pleno quem delibera.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais: Fala que a comissão tem a obrigação legal de alertar sobre o que está errado. Cita que os primeiros bens que serão arrolados serão os dos membros da comissão.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Cita o Art. 13 do Regimento do Conselho, onde a quem compete as deliberações é o Conselho, não as comissões.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fala que estão num grande dilema, pois as comissões foram criadas para trabalhar em prol do pleno do Conselho. Entende que, se tudo o que as comissões produzirem tiver que passar pelo pleno, isso emperrará o Conselho. Lê o Art. 23 do Regimento. Entende que as comissões tenham também as suas deliberações internamente.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Propõe que a questão do funcionamento das comissões, da Executiva, dos fluxos seja discutida na próxima reunião da Comissão Executiva. Acha que essa discussão facilitará o trabalho nos outros plenos.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Não sabe por que isso está sendo debatido. A questão é concordar ou não com o ofício feito pela conselheira Ana Rosa. Todos sabem que as comissões ajudam o Conselho a partir das pesquisas solicitadas por ele e depois elas devolvem essas questões com os devidos encaminhamentos.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais: Concorde que em alguns casos haja sim a deliberação do pleno, porém não vê essa necessidade nos casos internos. Fala que isso atrasa todo o trabalho. A questão está sendo trazida ao pleno, justamente por entender que ele tenha o conhecimento do documento.

O Conselheiro Titular representante dos Conselhos de Atividade Função Fim: Fala que o funcionamento das comissões não cabe nesse momento. Entende que o documento é muito importante, daí a necessidade de sua aprovação pelo Conselho.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Acha que a proposta da comissão é perfeita. É atribuição da comissão realizar a cobrança. Em relação ao encaminhamento do Relatório de Gestão, o encaminhamento para as Comissões é perfeito. O ideal é um congresso de Comissões antes do Pleno. Provavelmente irá acontecer em Agosto. O encaminhamento deve ser esse, cobrar do Gestor.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Acredita haver um desencontro, e diz que sua fala, desde o início é a de referendar e reforçar o trabalho realizado pela COFIN. Pergunta se é consenso que Pleno referende o encaminhamento da COFIN. Coloca em regime de votação a aprovação do ofício.

Por aclamação foi aprovado o encaminhamento do ofício via Conselho Municipal de Saúde.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Quanto ao RAG, esse é o melhor momento. Não sabe se é melhor uma apresentação para esclarecer, para depois as comissões se reunirem e darem um parecer. Solicitou hoje, que se verificasse a possibilidade do Dr. Cláudio vir no horário do Secretário, apresentar o RAG. Pergunta se é consenso que o RAG seja apresentado pela Secretaria, depois as Comissões e o parecer.

Por aclamação, foi aprovado que o Relatório Anual de Gestão 2013 seja apresentado aos conselheiros, depois as comissões farão sua análise e depois será feito o parecer.

Saúde Mental: O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde do Centro informa sobre a luta Antimanicomial e fala sobre a exposição da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial). Cita que a Saúde Mental demonstrada na RAG é pouca. Existe determinação de que 10% dos leitos sejam destinados aos pacientes provenientes de Saúde Mental, e lembra que ainda existem manicômios financiados pelo SUS em São Paulo, e que os CAPS acabam servindo de porta de entrada para estes manicômios. Será feita discussão às 10hs do dia 16/05 com as Coordenadorias, e solicita a presença da Marília e do Cássio para que possam colaborar nessa reunião. Acredita que a valorização do Conselho passa pela valorização das Comissões. Passa a palavra à Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul, Malú, que solicita a presença de representantes da Autarquia na próxima reunião plenária. Acredita que a presença do Secretário é importante, mas a presença de representantes da Autarquia também é necessária. Passa a palavra ao conselheiro Gérson Accioli, da região de M' Boi Mirim, que convida a todos, para seminário, que será realizado no dia 18/05, no metrô Capão Redondo, na Igreja Adventista. Vários segmentos estarão representados. Políticos que quiserem participar serão aceitos, porém não terão voz para que não vire palanque político.

População Negra: A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias informa que a comissão se reunirá extraordinariamente no dia 19/05, às 14hs, e ordinariamente no dia 27/05.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Informa que haverá pausa para o lanche e agradece à Secretaria Geral do Conselho, pelo esforço em conseguir comprar os lanches.

Pausa de 20 minutos.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Reinicia a reunião.

Recursos Humanos: O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde informa que no calendário distribuído pela Comissão há um equívoco quanto à reunião do mês de Maio. A data correta é 26/05 e não 22.

E – Ordem do Dia

1 - Resolução proposta pela conselheira Ana Rosa – Apresentação do relatório à solicitação de vistas, solicitada pelo conselheiro Dr. Ricardo Fernandes

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Em respeito à Conselheira Suplente representante da Pessoa com Deficiência, Eulália, solicita que não haja conversas paralelas para que a conselheira possa ouvir bem as falas.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Tentará ser o mais conciso possível. Trata-se de uma proposição para uma resolução, em relação à pauta, proposta pela Conselheira Ana Rosa. É importante a iniciativa das pessoas para melhoria. A tradição deste conselho é a de que a Executiva exerce um papel importante no funcionamento deste Conselho, cita o art. 16 do regimento do CMS. Acha que a Executiva é peça central na agilidade do funcionamento do Conselho. Acredita que se deva aplicar iniciativas que agilizem a Executiva, a fim de não sobrecarregar o Pleno. A Executiva também tem a função

de resolver as urgências. Embora a iniciativa seja interessante, é uma competência da Executiva. Como serão discutidas as resoluções hoje, visando agilizar o funcionamento, colocaria algumas preocupações da minuta nesta discussão. Informa que pediu vistas na última reunião, porque como era o final da reunião, não havia tempo para expor pausadamente as idéias que trouxe agora. Propõe que as questões sejam discutidas na reunião que discutirá o funcionamento das comissões. No mérito, se houver votação agora, é contra, pois em sua opinião acha que é competência da Executiva.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Acha que houve uma interpretação dúbia do Regimento. Cita o art. 12, que fala sobre Pauta. Diz que a Ordem do Dia partirá dos produtos das Comissões e das indicações dos Conselheiros ao final de cada reunião plenária. Acredita que esta questão não inviabiliza que o Pleno delibere a resolução. Fala que está havendo uma dúvida, a qual o Conselheiro não percebeu no último Pleno. Esta resolução permite que o conselheiro receba o material antecipadamente, discuta com seus pares, analise e vote com convicção. Existe uma cláusula de urgência, para que o assunto não seja "amarrado". A Resolução disciplina as pessoas, faz com que o voto seja qualificado e não fere nenhum artigo do Regimento.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Entende o teor da resolução e entende que ela poderá trazer outras questões. O teor é correto, tem haver com o planejamento e organização. Mas também acha que deve ser deliberado pela Comissão Executiva, para que não se tenha que abrir uma nova pauta sobre o Regimento. Há a necessidade de um planejamento. Acha que existem outras questões do Regimento que devem ser reavaliadas também e que a Comissão Executiva dá conta desta, e das outras avaliações.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fala que o Regimento não condiz com a realidade hoje. Fica preocupada com essa resolução, pois ela tira um pouco do papel da Executiva. A Executiva não pauta, propõe uma pauta para o Pleno, e o Conselho adiciona ou exclui no início da reunião. Resolução é norma, ou cumpre ou não cumpre. Por vezes chegam assuntos importantes, e a Executiva propõe a pauta e o conselho verifica se aprova ou não. Solicita ao Júlio, que liste os membros da Comissão de Legislação, e que já haja uma data para início dos trabalhos.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: É importante essa preocupação com a organização. Questões de saúde, não podem ter prazos muito longos, pois começam a provocar extensões de critérios que começam a atrapalhar. Extensão de um trabalho começa a atrapalhar outros. Se houver um assunto entendido como urgente pela Executiva e não puder ser pautado para quinze dias ele só será discutido depois de quarenta e cinco dias. Pensa em fazer uma proposta que altere de quinze para um dia, de acordo com a urgência do assunto.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Já houve problemas no passado, em relação à demora dos assuntos a serem tratados. Uma das sugestões, é que a Executiva também fizesse seu informe igual às outras Comissões, pois ela não é o Pleno, é uma Comissão igual às outras. Assim o Pleno terá um entendimento do funcionamento da Comissão.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: A Executiva executa, quem delibera é o Conselho. Lê o art. 14 do regimento, e entende que o Conselheiro Dr. Ricardo, deveria apresentar uma resposta após o pedido de vistas solicitado.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Entende que o Dr. Ricardo propôs que seja anulada e fique sob a competência da Executiva. A mesma tem a representatividade de todos os segmentos.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Entende que o conselheiro Dr. Ricardo se quiser deixar a critério da Executiva, tem que fazer uma resolução. A resolução é essa, ou ele acata, ou ele diz que ela deve ser arquivada. Não pode alterar a resolução.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Fala que a resolução em nenhum momento foi aprovada, então o conselheiro pode pedir sim que ela não seja aprovada. Se a resolução estivesse aprovada, aí sim ele deveria ser feita uma nova resolução solicitando a anulação.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: A proposta é clara. Se há a necessidade de discutir o mérito, o voto é contra. A preocupação é pertinente, mas acha que a questão deva ser discutida na Comissão de Legislação e na discussão da Comissão Executiva sobre o planejamento do Conselho. Pela tradição política do Conselho, isso é função da Comissão Executiva.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Pergunta se houve resposta por escrito das vistas ao documento. As vistas sempre foram entregues por escrito. Refere-se ao conselheiro titular representante dos Prestadores Filantrópicos dizendo que ele nunca foi conselheiro, que pode dar risada à vontade e que esse já é o seu segundo ou terceiro mandato, e sempre foi entregue por escrito. Inclusive o conselheiro suplente representante das Entidades Sindicais Gerais, Walney fez por escrito.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Solicita que não haja conversa paralela e desrespeito entre as pessoas.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Informa que havia solicitado o tempo para dar sua opinião concisa e que em seguida deixaria por escrito.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Pede respeito à conselheira Ana Rosa. Fala que não estava rindo da sua opinião. Diz ainda que a conselheira quando contrariada, fica irada. Se não concorda com a sua posição, então aguarde e depois fale. Acha importante manter o respeito, independente se seja conselheiro ou não.

O Conselheiro Titular representante das Associações dos Profissionais Liberais: Entende que o documento é uma resolução para planejar a pauta. É importante processar os documentos com antecedência. Não vê como forma de "amarrar" os documentos. Se essa resolução saiu da plenária, é porque houve uma vacância da Comissão Executiva.

O Conselheiro Titular representante dos Conselhos de Atividade Função FIM: Irá se abster se houver votação, pois não tem conhecimento do assunto para opinar. Observando a seção II do Regimento, acredita que é papel da Comissão Executiva, organizar e executar o que foi conversado na plenária anterior, sendo assim responsável pela proposta de pauta do Pleno. Haverá uma sobreposição de normas, se for confeccionada uma nova resolução sobre isso.

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: A fim de entendimento, a discussão é que quem pediu vistas está encaminhando que não vote a resolução e delegue à Comissão de Legislação e a Executiva fomenta a discussão nas comissões, no pleno, nos pares. Já foi feito encaminhamento por quem pediu vistas. Como conselheiro, pode pedir pauta quando necessário.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Lembra por que a resolução foi pautada. Fala que teve gente que se manifestou sem ter entendido a resolução. Explica que o tema foi pautado porque uma pessoa pautou quatro vezes e não compareceu. Foi necessário expurgar pautas, para incluir a do secretário, mas até hoje não sabem qual é exatamente essa pauta. Diante disso, solicita o voto nominal para constar quem votou.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Está preocupada, pois há problemas acontecendo na cidade, e estão sendo discutidas picuinhas, com coisas muito mais importantes a serem discutidas. Ou se leva muito a sério os problemas que estão ocorrendo, ou fica discutindo picuinha e não se caminha.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Coloca em regime de votação nominal duas propostas:

1 – Aprovar a Minuta de Resolução

2- Rejeitar a Minuta de Resolução

Proposta nº 01 – 05 votos

Proposta nº 02 – 12 votos

Abstenções: 06, sendo uma com declaração de voto.

Rejeitada a Minuta de Resolução.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde do Centro: Faz sua declaração de voto. Quer louvar a companheira, por trazer essa questão, que é importante. Deve ser mais aprofundada, pois é procedente.

2- Apresentação do Plano Operativo da Política de Saúde Integral da População LGBT

O Assessor Técnico do Programa Municipal DST/Aids, Celso Ricardo Monteiro: Fala que não havia dia melhor para vir ao Pleno. Poder discutir políticas de Acesso Universal e Políticas de Saúde é o ideal. Está envolvido na implantação das Políticas de Saúde da população LGBT. É uma atuação da SMS em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. Processo originado de demandas concretas, e convocada pelo Ministério da Saúde há um ano atrás, no início da gestão. Foi feito um seminário na Universidade de Guarulhos, Campus do Viaduto do Chá, depois uma consulta pública e mais recentemente uma audiência para mostrar a primeira versão do documento. Foi apresentado a uma composição do conselho, que não é a atual, optaram por trazer o documento em um estágio mais avançado, porém não está fechado, e espera poder voltar mais pra frente para poder falar em aprovação. Nesse momento a intenção é mostrar o que a Secretaria está propondo.

A Assessora Técnica do Programa Municipal DST/Aids, Dra. Rosana Del Bianco: Médica Infectologista. O programa LGBT foi iniciado no Estado, com um ambulatório

específico para tratamento. Foram chamados pelo Secretário para montar um projeto globalizado de atendimento à População LGBT. É um projeto integral de atendimento a essa população. Fizeram diagnóstico, o que essa população necessita? Os homens gays têm prevalência alta de doenças sexualmente transmissíveis. Fala que a sífilis já é uma epidemia e não é exclusiva dos gays. Cita também DST/HIV, hepatites B e C, HPV e violência. Quanto às mulheres lésbicas, têm as mesmas doenças, além do câncer de útero relacionado ao HPV. Maior consumo de álcool, sobrepeso, tabagismo, suicídio, violência e saúde mental. Quanto à bissexualidade possivelmente englobem toda essas consequências. Fala que essa população também envelhece e conseqüentemente possuem doenças mais suscetíveis ao envelhecimento, tais como diabetes e hipertensão. Fala também sobre a dificuldade da cirurgia de redesignação sexual (troca sexual), onde o Hospital das Clínicas consegue realizar apenas cinco cirurgias anuais. Prótese para readaptação sexual, hormonioterapia. Grande quantidade de óbitos e amputações por aplicação de silicone industrial. Nome social aos travestis e transexuais não são respeitados. Quando receberam a incumbência, tinham de partir de alguma coisa. Partiram do mapa da cidade onde existem os SAEs, e começaram a verificar onde a maioria dos travestis fazem ponto de trabalho. A partir daí começaram a nortear as Unidades Básicas de Saúde que estariam preparadas para atender essa população. São nove Unidades Centrais. Projeto não é fazer Unidades Específicas. Apenas duas: República e Santa Cecília. Santa Cecília possui sete endocrinologistas que estão sendo treinados para fazer a aplicação de hormonioterapia. Várias áreas estão envolvidas nesse processo, tais como: saúde mental, endocrinologia, cirurgia geral, ginecologia, urologia e pequenas cirurgias. Haverá também capacitação constante para os profissionais de saúde envolvidos. Promoção da Atenção Básica através do acompanhamento constante aos usuários nas Unidades. Aconselhamento, teste de HIV somente após a adesão à Unidade de Saúde, hormonioterapia, Rede Hora Certa, acompanhamento pela Rede de Saúde Mental e acompanhamento através dos SAEs para aqueles que possuam HIV/Aids. Condutas cirúrgicas de grande porte, como de redesignação sexual são feitas apenas no Estado. As pequenas cirurgias serão feitas pela própria Rede Municipal. Os protocolos utilizados são aprovados pelo Conselho Regional de Medicina e Ministério da Saúde. Pacientes também têm direito à reprodução assistida, desde que controlada.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Pergunta se pode compartilhar essa apresentação para que outros tenham acesso. Se o conselho permitir, colocar no Facebook ou no site.

O Assessor Técnico do Programa Municipal DST/Aids, Celso Ricardo Monteiro: O documento é um resumo completo, toda essa informação é pública. A meta é aprovação da política. O objetivo hoje é dar ciência, para que possa ser votado e aprovado. Solicita o apoio, para que esse documento chegue a todos os Conselheiros Gestores de toda a cidade.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Fala que os conselheiros devem se aprofundar no assunto, para quando vierem para deliberação, podermos realizar as perguntas. Já são 18:10h e existem deliberações a ser feitas.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Proposta de encaminhamento. Que o Pleno delibere o documento como participante da pauta do próximo Pleno, pois haverá tempo para se apropriarem do documento, ou encaminhá-lo às Comissões.

A Conselheira Suplente representante do Poder Público: Preocupa-se porque existe uma exigência de que seja submetida ao Conselho, e existe um prazo. Pergunta se poderá ser no Pleno de Julho.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Pergunta se o projeto fará parte do Plano de Ação de 2014 ou do Plano Plurianual.

O Assessor Técnico do Programa Municipal DST/Aids, Celso Ricardo Monteiro: O plano para esta política é para 2014/2015. Se for aprovado em Julho, ainda estará em tempo de executar em 2014, depois fica mais difícil. Já tem reunião agendada com Assessoria da Gestão Participativa. Querem aprovação em Julho, junto com o Movimento LGBT, para que transforme em Portaria e o Secretário possa publicar e dar a devida importância.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: É consenso? Sim.

1-Indicação de representantes dos usuários – 01 titular e 01 suplente para compor o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Hospital Alemão Oswaldo Cruz
Como titular foi indicado o conselheiro Marcos Roberto de Andrade e como suplente a conselheira Luzia Bérnago.

2-Aprovar a realização de Congresso de Comissões com a pauta “Dengue”

Foi aprovado com data para 10/06, às 14h e participação da Atenção Básica e COVISA, repassando convites através da AGP para as Coordenadorias.

3-Indicação de um representante dos usuários para compor o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Unimed Santa Helena

Será indicado na próxima reunião.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Lembra que a conselheira titular representante dos Portadores de Patologias, Regina fez uma moção de repúdio pela indicação do Sr. José Carlos de Souza Abrahão como Coordenador da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Diz que é uma vergonha nacional.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Essa moção de repúdio, o Conselho Nacional aprovou, por conta da indicação que o Ministério da Saúde fez para ANS. O Ministério indicou uma pessoa que é da Federação dos Planos de Saúde, essa pessoa em algum momento, já havia se manifestado contra a devolução do dinheiro. A proposta é mantermos a mesma linha do Conselho Nacional.

A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Diz que copiou a moção do Conselho Nacional, e a adaptou para o CMSSP.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde do Centro: Acha que é muito importante. E faz a ressalva que hoje os Planos de Saúde estão fazendo a inversão. Querem cobrar do SUS o atendimento. É inadmissível isso. E colocar uma pessoa como essa é pra ir nesse sentido.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Coloca em regime de votação a aprovação de

Moção de Repúdio pela indicação do Sr. José Carlos de Souza Abrahão como Coordenador da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Aprovada por aclamação, com o seguinte texto:

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua 183ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 15 de maio de 2014, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e,

Considerando que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é a agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde responsável pelo setor de planos de saúde no Brasil;

Considerando que a missão da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde;

Considerando que, segundo o inciso I do Art. 18 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria;

Considerando que José Carlos de Souza Abrahão ocupava, desde 2003 até sua indicação para a ANS, a presidência da Confederação Nacional de Saúde (CNS), entidade que representa estabelecimentos de saúde, hospitais, laboratórios e operadoras de planos e seguros de saúde;

Considerando que a Confederação Nacional de Saúde (CNS), presidida por quase 10 anos pelo indicado, é autora de uma ação contra o ressarcimento ao SUS. Trata-se da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1931-8, que está em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF);

Considerando que, conforme define o Art. 32 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, o SUS deve ser ressarcido toda vez que um consumidor de plano privado é atendido na rede pública de saúde;

Considerando que em 2010, na condição de presidente da Confederação Nacional de Saúde (CNS), José Carlos de Souza Abrahão manifestou-se publicamente contra o ressarcimento ao SUS pelas operadoras, em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo;

Considerando que José Carlos de Souza Abrahão, em currículo enviado ao Senado Federal, elenca textos de sua autoria, mas omite o artigo supracitado, bem como outras manifestações suas contrárias ao ressarcimento ao SUS;

Considerando que a diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para a qual José Carlos de Souza Abrahão foi indicado, julga inúmeros recursos e processos de planos de saúde contrários ao ressarcimento;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a legalidade e a constitucionalidade do ressarcimento ao SUS pelas operadoras, devendo o executivo e suas agências atuarem para viabilizar o cumprimento do dispositivo legal; e

Considerando que a participação de José Carlos de Souza Abrahão na diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é incompatível com o princípio da eficiência na administração pública, conforme preconiza o Art. 37, caput, da Constituição Federal, vez que, antes mesmo de tomar posse, já estaria impedido de votar nos processos administrativos envolvendo temas prioritários na fiscalização da ANS.

Vem a público:

Manifestar repúdio à indicação, por parte do Ministério da Saúde, de José Carlos de Souza Abrahão ao cargo de diretor na ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e à aprovação, após sabatina, pelo Senado Federal.

Plenário do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo em sua 183ª Reunião Plenária Ordinária, apoiando a iniciativa do Conselho Nacional de Saúde na Ducentésima Quinquagésima Sétima Reunião Ordinária, realizada nos dias 07 e 08 de maio de 2014.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Informa quais os usuários que irão compor a Comissão de Revisão da Legislação. São eles: Titulares – Jarqueline, Maria Adenilda, Rosilânia e Regina Pedrosa. Suplentes: Alex, José da Guia, Gersonita e Vita. Parabeniza a todos. Encerra a reunião.

Reunião encerrada às 18:30h.